



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141003 - RO (2021/0004326-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : REINALDO MENDES MONTEIRO (PRESO)
ADVOGADOS : MARACÉLIA LIMA DE OLIVEIRA - RO002549
JOSÉ VIANA ALVES - RO002555
JACSON DA SILVA SOUSA - RO006785
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CORRÉU : WALMOR OLIVEIRA DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por REINALDO MENDES MONTEIRO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (HC n. 0808208-53.2020.8.22.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente em razão do suposto cometimento do crime de homicídio qualificado.

Sustenta que há excesso de prazo diante da incerteza da data de julgamento, pois "está recolhido desde o dia 13 de maio de 2019, permanecendo sob custódia do Estado há mais de 18 (dezoito) meses e esperando a sessão solene do júri há 11 (onze) meses" (fl. 525). Acresce alegação de que não estão presentes os requisitos da segregação cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja posto em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, mormente na hipótese, pois a questão da ausência de requisitos da prisão aparenta reiteração do contido no HC n. 531.156/RO e no RHC n. 129.046/RO.

Ademais, "o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível

raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes" (AgRg no RHC n. 137.237/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 18/12/2020), o que torna a liminar, em plantão, em princípio, momento inadequado ao acolhimento da alegação de excesso de prazo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente